DESAPROPRIAÇÃO — AÇÃO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO —
CORREÇÃO MONETÁRIA

— São diferentes as causas pretendidas nas ações de desapropriações e de atualização ou reajustamento do preço.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Espólio de Victor José Pereira de Moraes e Estado do Rio de Janeiro *versus* os mesmos
Recurso extraordinário nº 72 545 — Relator: Sr. Ministro
ANTONIO NEDER

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos de recurso extraordinário nº 72 545, do Estado do Rio de Janeiro, em que são recorrentes 1º Espólio de Victor José Pereira de Moraes, 2º Estado do Rio de Janeiro e recorridos os mesmos, decide o Supremo Tribunal Federal por sua Primeira Turma, unanimemente, não conhecer de ambos os recursos, de acordo com as notas juntas.

Brasília, 2 de dezembro de 1975. Eloy da Rocha, Presidente. Antonio Neder, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Antonio Neder (Relator):
1. O Espólio de Victor José Pereira de Moraes propôs ação ordinária contra o extinto Estado da Guanabara, e o fez em petição da qual destaco esta parte (fls. 2):

“O Espólio de Victor José Pereira de Moraes, representado pelo seu inventariante, Dr. Jorge Manuel da Costa de Moraes,

português, casado, com domicílio na Rua Monte Alegre nº 12, nesta cidade (certidão nº 1), vem propor, contra o Estado da Guanabara, uma ação ordinária, aduzindo o seguinte:

Em 19 de maio e 21 de julho de 1943, respectivamente, a então Prefeitura do Distrito Federal, promoveu, por via judicial, a desapropriação dos prédios sitos na Rua Uruguaiana nºs 113 e 111 pertencentes ao titular do Espólio (cert. nºs 2 e 3).

Em 7 e 31 de março de 1944, por decisão da eg. 5ª Câmara Cível, foram fixadas as indenizações devidas pela retirada desses imóveis do patrimônio do suplicante em Cr\$ 651.728,00 e Cr\$ 446.054,40, respectivamente.

Como, à época, não fosse exigido se pagasse a indenização em dinheiro, depositou a expropriante apólices, considerado o valor de sua cotação. Entretanto, tal depósito não foi integral pois que a cotação das apólices baixou entre o momento em que ele se realizou e o em que passaram em julgado as sentenças fixadoras das indenizações. Apurada a diferença entre o

valor das apólices depositadas e o quanto devido ao suplicante, até hoje, expedidas embora as guias respectivas, não completou o suplicado-expropriante o pagamento da indenização.

Entretanto, e sem embargo dos protestos do suplicante, foi o expropriante imitado na posse dos bens do suplicante que, destarte, teve desfalcado o seu cabedal sem a correspondente e prévia indenização (cert. 2 e 3, itens 1 a 8 e 1 a 10).

Certo é que a propriedade perdida por utilidade pública é substituída, no patrimônio do expropriado, pelo seu justo valor; no entendimento do eg. Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, a indenização, na desapropriação, deve corresponder à justa compensação pela perda da coisa (R.F., vol. 114, fls. 175).

No caso, porém, tal substituição não se operou, eis que nem mesmo se completou o depósito das apólices representativas das indenizações fixadas judicialmente. Por isso o suplicante, até o presente momento, não levantou o depósito incompleto feito pelo suplicado, que violou, assim, o preceito da Constituição de 1937, vigente à época que, no art. 122, nº 14, mandava se respeitasse o direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.

Como, porém, não é lícito perdure a situação criada pelo comportamento duplamente moroso do suplicado, o suplicante vem reclamar seus direitos, a fim de haver, desde logo, não só a parte completa dos depósitos insuficientes como, por sentença, a complementação da indenização em razão da notória desvalorização do cruzeiro e da alteração das condições, financeiras e econômicas do país. Só assim se atenderá ao mandamento constitucional de que deixa de ser justa a indenização, no conceito do Ministro Mario Guimarães, se ocorre depreciação monetária

entre a época da avaliação e a do pagamento (R.F., vol. 157, p. 55 e D.J. de 5.4.54, p. 1176)."

2. Ao contestar a demanda, alegou o Estado da Guanabara, em preliminar, que se configurava, na espécie, a coisa julgada, e o juiz de primeiro grau, aceitando, no ponto, a defesa, julgou, ao ensejo do saneador, que o Espólio-autor era carecente da ação, mas, provendo agravo do vencido no incidente, o eg. Tribunal de Justiça do referido e extinto Estado julgou o seguinte (fls. 94):

"Desapropriação. A fixação do preço do imóvel desapropriado, em sentença definitiva e transitada em julgado, não impede seu reajustamento, não tendo sido efetuado o depósito em tempo oportuno. Dá-se provimento ao recurso da decisão que julgou o autor carecedor da ação."

3. Depois de outro incidente processual que não interessa ao julgamento dos presentes recursos extraordinários, houve por bem o juiz de primeiro grau julgar improcedente a demanda (fls. 111-113).

Ao apelo do Espólio, então vencido, foi dado provimento pelo acórdão de fls. 132-136, que se fundou neste parecer da Procuradoria-Geral da Justiça do sobredito Estado (fls. 129-130):

"Trata-se de ação ordinária movida pelo Espólio de Victor José Pereira de Moraes contra o Estado da Guanabara pleiteando, relativamente ao preço fixado em desapropriação, "se aperfeiçoe a indenização devida, dando-se-lhe o valor que for apurado como correspondente, em valor aquisitivo, ao das condenações de 1944, as quais, se na época correspondiam a uma indenização, hoje a tal não correspondem, e assim, o valor então fixado deve ser complementado pelo valor atual e real dos referidos bens, que saem do patrimônio do suplicante-expropriado, porquanto, certo é que profundamente se alteraram as condições econômicas e financeiras do

país no período de 1944 até 1961 e até hoje não houve o pagamento das indenizações, devendo ainda, à presente condenação, ser acrescentados os danos emergentes, lucros cessantes, honorários de 20% sobre o julgado, e ainda juros de mora, legais e compensatórios, e custas" (fls. 4v-5).

O Dr. Juiz *a quo*, na decisão de fls. 54-54v., julgou o autor carecedor da ação.

Essa eg. 4ª Câmara Cível, apreciando o recurso interposto da decisão suso referido, decidiu (fls. 94):

"Desapropriação. A fixação do preço do imóvel desapropriado, em sentença definitiva a transitada em julgado, *não impede seu reajustamento, não tendo sido efetuado o depósito em tempo oportuno.*

Dá-se provimento ao recurso da decisão que julgou o autor carecedor de ação" (o grifo é nosso).

Entretanto, a respeitável sentença de fls. 111-113 julgou improcedente o pedido inicial, sob o fundamento de que "a matéria já logrou pacificação, desde que o Supremo Tribunal Federal fez incluir, na sua *Súmula* de Jurisprudência, o assunto segundo o qual "Pela demora do pagamento do preço da desapropriação não cabe indenização complementar além dos juros" (fls. 113).

O ilustre Dr. Juiz *a quo* não atendeu aos precisos termos do V. acórdão de fls. 94-95v.

Não podia ele, como é óbvio, reabrir o debate sobre matéria com trânsito em julgado, ou seja, a viabilidade do reajuste do preço fixado no processo desapropriatório e demais verbas pretendidas na inicial, visto como esse assunto foi objeto do agravo de petição nº 17 178, provido por essa eg. Câmara.

Isto posto, opina esta Procuradoria pelo provimento da apelação de fls. 116-122, a fim de, reformada a respeitável sentença de fls. 111-115, ser a ação julgada proce-

dente, nos termos da inicial, apurando-se, em execução, o *quantum* indenizatório."

Opostos embargos infringentes pelo Estado a esse acórdão, foi a matéria desse recurso exposta resumidamente nestes termos (fls. 158):

"O espólio de Victor José Pereira de Moraes pleiteia contra o Estado da Guanabara a atualização do preço da desapropriação fixado em 1944 pela eg. 5ª Câmara Cível em NCr\$ 651,72 e NCr\$ 446,05, respectivamente. Alega o autor que, à época, a antiga Prefeitura do Distrito Federal depositou a indenização em apólices segundo o valor da cotação dos títulos. Todavia, no interregno entre o seu depósito e aquelas decisões (7 e 31.3.44), as apólices desceram de cotação e a expropriante não diligenciou o pagamento da diferença, não integralizando assim o preço, a despeito de encontrar-se, desde aquela época, imitada na posse dos imóveis. Acrescenta que se recusou a levantar o preço, pois se encontra desfalcado em seu patrimônio. Quer, por isso, não só a complementação da referida diferença dos depósitos, mas, também, a complementação da indenização, em face da desvalorização da moeda nestes anos, desde aquela data em consequência da alteração das condições econômicas e financeiras do País.

O acórdão do eg. 4º Grupo de Câmaras Cíveis, por sua Douta Maioria, tendo como relator o Ex.^{mo} Sr. Des. Horta de Andrade, reformou a sentença ao acolher o pedido do autor para considerar reajustável o preço da desapropriação de imóveis fixados há anos, e não integralizado pelo Estado (ler). Divergiu porém desse entendimento o Des. Salvador Pinto Filho com o seguinte voto: (ler).

Irresignado, o Estado da Guanabara opôs embargos os quais foram articulados às fls. 138-142. Sustenta que o depósito à disposição do Juiz era considerado pa-

gamento prévio da indenização com base nos arts. 33 e 34 do Decreto-lei nº 3 365, pois o seu levantamento não estava condicionado ao despacho da apelação. Atribui essa omissão ao expropriado. Sustenta que, pela demora do pagamento do preço da desapropriação, cabe apenas a complementação de juros, mero caso de *mora accipiendi*. Faz referência à ementa do acórdão na Ap. Cível nº 43 370 e aos termos da *Súmula* 416 do eg. Sup. Trib. Fed. e a outros recursos que enumera.

Impugnação aos embargos, fls. 146-151. Em contrapartida, o embargo cita ementas de decisões desta Corte, assim como do eg. Tribunal Federal de Recursos, em abono à tese da correção monetária.

O ilustre Procurador de Justiça, Dr. Dardeau de Carvalho, em seu parecer, manifesta-se pelo recebimento dos embargos (1er).

Ao Ex.^{mo} Sr. Desembargador-Revisor.”

Julgando esses embargos, o eg. Tribunal de Justiça prolatou este respeitável acórdão (fls. 162):

“Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de Nulidade e Infringentes na Ap. Cível nº 52 018, em que é embargante o Estado da Guanabara e embargado o Espólio de Victor José Pereira de Moraes, acordam os Juizes do Primeiro Grupo de Câmara Cíveis do Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em receber em parte os embargos, para aplicar a correção monetária, somente a partir da data da Lei nº 4 686. Integram neste julgado o relatório de fls. — À perda da propriedade, como assinala a Constituição, deve ter assegurada em contrapartida uma indenização, cujo denominador, conversível em dinheiro, seja justo (art. 150, § 22). Por isso, o valor aquisitivo da moeda há de ser igual ao da época do pagamento da indenização. Com esse propósito, sensível à questão jurídica, surgiu a Lei nº 4 686, de 21.6.65, cuja finali-

dade é a reconstituição do patrimônio do particular, inclusive nos processos de resgate, os quais se perdem por longas esperas, como exemplifica o presente caso, em que os autos estiveram paralisados, de 1948 a 1955, fls. 15. O Espólio, em ação própria, reclama a indenização em dinheiro, do que perdeu. A Lei nº 4 686 sobreveio como valor supletivo complementar do bem econômico. O expropriado não estava obrigado a receber em parcelas o que lhe coube na indenização. Não importa o depósito por conta de maior quantia. Tinha a faculdade de recusar o levantamento, diante da insuficiência do resgate. Se no perpassar dos anos a indenização decaiu da sua justeza, a falta de diligência deve ser imputada ao Expropriante. Não se extinguiu a relação de pagamento da indenização, cabendo, portanto, invocar-se aquela lei de correção de patrimônios. Assinale-se que, se a Constituição fala em pagamento prévio em dinheiro, está excluindo a figura da mora. O Expropriante deveria ter providenciado o numerário bastante, para consigná-lo em Juízo. A eg. Primeira Câmara Cível, ainda recentemente, em acórdão unânime, caracterizou a finalidade da correção como imperativo de justiça, eis que sem ela se verificaria enriquecimento ilícito da outra parte, Ap. Cível nº 45 087. Aqui, nestes autos, a percepção somente dos juros compensatórios não atenderia ao empobrecimento da moeda. Custas de lei.”

4. Ao transcrito julgado foram interpostos dois recursos extraordinários, um pelo Espólio de Victor José Pereira de Moraes, outro pelo extinto Estado da Guanabara, de que é sucessor o do Rio de Janeiro.

O 1º Recorrente alegou que o acórdão impugnado contrariou o art. 150, § 22, da Constituição de 67 (texto anterior ao da Emenda Constitucional nº 1), ofendeu o art. 1º da Lei nº 4 686/65 e se acha em

divergência com o do RE nº 60 815, da extinta Terceira Turma, cuja ementa foi por ele transcrita com estas palavras (fls. 166):

“Desapropriação. Juros devidos desde a imissão efetiva na posse, de acordo com a *Súmula* 164. Correção monetária. Trata-se de matéria não prequestionada, mas, antes do depósito do preço, pode ela ser perdida, na execução.”

Quanto ao primeiro fundamento eis o que deduziu o Espólio (fls. 165):

“O presente recurso extraordinário tem fundamento na referida letra *a* porquanto, limitando a correção monetária à data da vigência da mencionada Lei nº 4 686 vulnerou o V. Acórdão recorrido o art. 1º da citada lei, que manda aplicar dita correção até a decisão final, desde que o laudo pericial, que fixou tecnicamente o valor da indenização, como acontece no caso em tela, sem, portanto, qualquer limite para início da correção monetária, a não ser a existência de um laudo pericial com a vigência superior a um ano.

Conseqüentemente, vulnerado foi dito art. 1º da mencionada lei e sobretudo e com relevo o preceito expresso, claro e óbvio, do art. 150, § 22 da Constituição do Brasil, o qual garante o direito do proprietário, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, *mediante prévia e justa indenização em dinheiro e*, certo é, que limitando a correção monetária a seu início, feriu o V. Acórdão recorrido o princípio da justa indenização, pois a indenização limitada não pode ser justa e, repita-se, indenizar quer dizer ressarcir, reparar, compensar, substituir no patrimônio do expropriado, de maneira completa, o bem que sai do seu patrimônio, a indenização não comporta quaisquer limitações, caso contrário, deixará de ser justa.

Ferido, assim, também, o citado preceito constitucional.”

O 2º Recorrente, afirmando que o acórdão recorrido contrariou o princípio constitucional de garantia à coisa julgada e discrepou de arestos desta Corte, deduziu estes fundamentos (fls. 176-180):

“A ação ajuizada pela autora ofende a coisa julgada, uma vez que visa a obter nova indenização, a qual já fora fixada por sentença judicial transitada em julgado na ação de desapropriação movida pela antiga Prefeitura.

Pela natureza especial da ação expropriatória e consoante entendimento uniforme da doutrina, nela só se discute sobre o valor da indenização, *sendo a sua fixação o mérito da ação*.

Portanto, uma vez que já fora fixado o preço da indenização a ser paga ao expropriado, havendo essa decisão transitada em julgado e constituindo a fixação do *quantum o mérito* da ação expropriatória, não poderá este mérito ser objeto de novo julgamento.

A ação expropriatória — já com trânsito em julgado — e a presente ação de *nova* fixação do preço já apurado, *são idênticas*. Entre as duas ações há identidade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Como são iguais as duas ações, a segunda não pode prosperar, sendo mister que se impeça a reprodução de demandas idênticas, por violar o princípio da unicidade da relação processual e ofender à coisa julgada, constitucionalmente assegurada.

Aliás, o STF assim decidiu sobre o assunto:

“Não é possível proceder à reavaliação do imóvel desapropriado, *tendo em vista que existe uma sentença transitada em julgado*, que já fixou esse valor. Não há lei que assegure a correção monetária em casos tais (fls. 2 do doc. 2).

Da culpa do recorrido no atraso do pagamento.”

Estipulava o art. 95 da Constituição Federal de 1937, vigente na época:

“Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem em que forem apresentadas as precatórias e à conta dos créditos respectivos ...”

Este artigo foi repetido com pequenas alterações no art. 204 da Constituição de 46 e no 112 da atual.

O art. 918 do Código de Processo Civil estipula em seu parágrafo único que

“Os pagamentos devidos, em virtude de sentença, pela Fazenda Pública, far-se-ão na ordem em que foram apresentadas as requisições e à conta dos créditos respectivos ...”

A quantia fixada em sentença judiciária estipulando o valor do imóvel objeto da desapropriação é paga, em obediência aos incisos supra, mediante precatória, cuja expedição deve ser requerida pelo expropriado, caso queira receber de imediato o valor fixado judicialmente, ficando o pagamento a cargo do poder judiciário (confiram-se os dispositivos apontados).

No caso em pauta, *o expropriado não requereu a expedição do precatório.*

Sendo assim, *nenhuma providência tomou o interessado para receber o preço do imóvel desapropriado.* Ficou inerte, não pedindo a expedição do precatório, meio hábil e legal de receber o que lhe era devido.

Agora, pela presente ação, acusa o Estado pela demora do pagamento, enquanto o culpado por esta demora foi o próprio autor.

Julgando caso semelhante ao presente o Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário 50 840 da Guanabara, em

que é recorrente Francisco Cândido Moreira Júnior e recorrido o Estado da Guanabara, decidiu:

“Improcedente a ação de complementação de preço, em processo expropriatório, tanto mais quanto a demora do pagamento não era imputável à expropriante” (doc. 3 fls. 4).

O voto do Ministro Victor Nunes baseou-se nas razões do parecer da Procuradoria-Geral da República (fls. 2-3 do documento 4), sendo este o parecer:

“Não procedem as alegações do recorrente a quem incumbia, como expropriado, promover a execução da parte condenatória da sentença. Deixou de fazê-lo por negligência ou porque não lhe convinha. Por outro lado o imóvel continuou em seu poder, proporcionando-lhe tranqüila renda. Inadmissível pleitear reajustamento agora, havendo inclusive sentença transitada em julgado (fls. 1, documento 3).

Fica demonstrado que a decisão além de não reconhecer a aplicação pelo recorrente ao art. 95 da Carta de 1937, 204 da antiga Constituição Federal, 112 da atual, decidiu em divergência com o acórdão supramencionado e cuja cópia autêntica está em anexo.

A decisão recorrida decidiu ainda de forma divergente ao acórdão do STF, cuja cópia constitui o doc. 3.

Esta decisão, que é posterior ao enunciado da *Súmula* 416, a repete, demonstrando que o Supremo ainda reconhece o pleno vigor desta *Súmula*. A ementa do acórdão ora indicado como divergente é a seguinte:

“Pela demora no pagamento do preço da desapropriação não cabe indenização

complementar além dos juros. (*Súmula* 416)” (doc. 2 fls. 4).

Finalmente, cabe lembrar que a decisão recorrida também divergiu do acórdão do Supremo Tribunal Federal cuja ementa é transcrita a seguir:

“Ementa: Execução de sentença em ação expropriatória. Inaplicabilidade da Lei nº 4 686, de 21.6.65. Infração pelo venerando acórdão recorrido dos arts. 289 do Código de Processo Civil e 150, § 3º da Constituição Federal de 1967. Recurso extraordinário conhecido e provido” (*R.T.J.*, 42/220).

Admitidos um recurso e outro, sendo que o segundo pelo despacho de fls. 211 e o primeiro mediante provimento do Ato Institucional nº 52 972, as partes produziram este arrazoado (fls. e fls.): ... (lê).

5. A il. Procuradoria-Geral da República opinou pelo conhecimento e provimento do segundo recurso (que é do Estado).

6. Nas fls. 231 e seguintes, o 1º Recorrente formulou o seguinte requerimento: ... (lê).

7. É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro Antonio Neder (Relator): 1. Julgando embargos infringentes, o acórdão impugnado houve por bem recebê-los em parte para o efeito de, no tocante ao valor da moeda com que o Estado vai indenizar o Espólio vencedor, reajustá-lo por meio da correção monetária instituída na Lei nº 4 686/65, isso, porém, a partir da vigência desse diploma.

2. Alegando que o referido julgado vulnerou o art. 150, § 22, da Constitui-

ção de 67 (texto originário) e o art. 1º da sobredita lei, e, ainda, que diverge do outro que indicou como paradigma, pretende o 1º Recorrente que o STF reconheça que o cálculo da correção monetária, no caso, seja feito a datar de quando se juntou no processo o laudo elaborado pelo perito oficial.

De sua parte, sustentando que o acórdão local contrariou o princípio de intangibilidade da coisa julgada e se acha em desacordo com os que indicou como padrões, postula o Estado seja restabelecida a sentença que julgou improcedente a demanda.

3. O recurso do 1º Recorrente não tem como ser conhecido, porque no ponto por ele questionado está o acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência do STF, que fixou o entendimento de que a correção monetária deve ser calculada a partir da lei que a instituiu.

Dispensamo-nos de citar precedentes abonadores, tão evidente e conhecida é a proposição.

Inaceitável, pois, a tese de que, no por menor, dito julgado seja ofensivo das regras federais a que se referiu o 1º Recorrente, e, por isto, seu recurso não tem viabilidade pelo primeiro fundamento (letra a).

No tocante à divergência entre o questionado acórdão e o do RE 60 815, não conseguiu demonstrá-la o 1º Impugnante, que não fez análise, num e noutro, dos pontos confrontáveis, como lhe impõe a jurisprudência que o STF resumiu no verbete 291 da *Súmula*.

Aliás, pelo que se lê na ementa do acórdão havido como paradigma de confronto, se conclui que por ele a extinta

Terceira Turma desta Corte não discutiu o tema que o julgado recorrido questionou, e isto é bastante para se recusá-lo como padrão de conferência ou prova de discordância jurisprudencial.

Portanto, quer pelo fundamento da letra *a*, quer pelo da letra *d*, o recurso do Espólio não pode ser conhecido.

4. No que respeita ao recurso do 2º Recorrente, que é o extinto Estado da Guanabara, é de se dizê-lo inviável.

Com efeito, sustenta o 2º Impugnante que o julgado local ofendeu o princípio de garantia da coisa julgada e diverge de arestos desta Corte que teriam, em casos a estouro semelhantes, reconhecido mencionado ofensa.

O ponto substancial da tese do 2º Recorrente é o de que a sentença que, em ação desapropriante, fixa o preço da coisa desapropriada, produz efeito de coisa julgada que pode ser oposta na demanda pela qual o proprietário daquele bem postula reajustamento ou atualização do seu valor.

O argumento, embora impressionante à primeira vista, e até invocado em alguns acórdãos, não tem como prevalecer, porque, na primeira das mencionadas ações (a de desapropriação) a *causa petendi* é uma, e na demanda de atualização ou reajustamento do valor da coisa desapropriada é bem diversa ou diferente a *causa petendi*.

Na primeira, o desapropriante requer o desapropriamento e se dispõe a pagar o justo preço da coisa desapropriada, na segunda, o proprietário do bem desapropriado postula seja reajustado sobredito preço que, por esta ou aquela causa, não foi fixado com justeza ou exatidão na precedente.

Trata-se de um tema que tem semelhança com o questionado pelo acórdão do RE nº 79 173, da respeitável autoria do nobre Ministro Rodrigues Alckmim.

Para que prevalecesse o entendimento do 2º Impugnante, necessário seria admitir-se a configuração da coisa julgada pelos *motivos* da sentença precedente, e não pelo *dispositivo* que ela enuncia, mas um tal absurdo, erroneamente admitido na vigência do criticado art. 287 do Código de Processo Civil de 1939, não tem como vicejar agora, quando o art. 469 do Código de Processo Civil de 1973 expressa que os *motivos*, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, *não fazem coisa julgada*.

Vê-se que também o recurso do 2º Recorrente não merece conhecimento.

5. Não conheço do primeiro recurso nem do segundo, porque não se configuraram neles os pressupostos de admissibilidade invocados pelos recorrentes.

EXTRATO DA ATA

RE nº 72 545 — RJ — Rel., Ministro Antonio Neder — 1º Recte., Espólio de Victor José Pereira de Moraes (Adv., Lauro Müller Bueno); 2º Recte., Estado do Rio de Janeiro (ex-GB) (Adv., Reynaldo de Mattos Reis). Recdos., Os mesmos.

Decisão: Não conhecidos ambos os recursos, à unanimidade. Falou, pelo 1º recorrente, o Dr. Lauro Müller Bueno.

Presidência do Sr. Ministro Eloy da Rocha. Presentes à Sessão os Srs. Ministros Bilac Pinto, Antonio Neder, Rodrigues Alckmim e Cunha Peixoto. 1º Subprocurador-Geral da República, o Dr. José Fernandes Dantas.